



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

*TERMO DE CONTRATO N°.07/2013/SEMA QUE ENTRE
SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO
AMBIENTE E A EMPRESA IMPACTO PRODUTOS E
SERVIÇOS LTDA ME.*

MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, criada pela Lei Complementar n.º. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. **José Esteves de Lacerda Filho**, brasileiro, casado, portador do RG n.º. 85437 - SSP/MT e do CPF n.º. 178.883.281-72, residente a Rua Montevideu, 365, Bairro Jardim das Américas, Cuiabá/MT, CEP: 78.060-589, nomeado pelo Ato Governamental n.º 10991 de 21/12/12, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **IMPACTO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 09.599.460/0001-52, localizada a Av. Ciriaco Cândia, n.º 212, Cuiabá-MT, neste ato representada pelo Sra. **Julianna de Paolla Tavares da Costa Borges**, portadora do RG: 4163015 SSP/GO e o CPF: 003.298.581-90, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 56702/2013/SEMA**, com o **Pregão n.º 007/2013/SAD e Ata de Registro de Preços N.º 008/2013/SAD**, sujeitando-se aos termos da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual n.º. 7.217/2006 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de aplicação de insulfilme, para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Pregão n.º 007/2013/SAD e Ata de Registro de Preços N.º 008/2013/SAD**, e nas cláusulas deste instrumento.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. Os preços para os serviços contratados são os constantes da proposta apresentada no Pregão, conforme discriminação abaixo:

LOTE 02

ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	02	APLICAÇÃO DE INSUFILME - TRANSPARÊNCIA MÁXIMA DE 75%. APLICAÇÃO. METRO QUADRADO.	199 M²	R\$ 10,29	R\$ 2.047,71
					VALOR TOTAL R\$ 2.047,71

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela prestação dos serviços, o valor total de **R\$ 2.047,71** (dois mil, quarenta e sete reais e setenta e um centavos), a serem pagos parceladamente, por demanda, conforme for ocorrendo a prestação dos serviços, mediante Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO** da **CONTRATANTE**;

2.3. O valor acima poderá eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.1. Disponibilizar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SAD e na proposta de preços apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

3.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o total da contratação (art. 56 da Lei nº 8.666/93);

3.2.1. A **CONTRATANTE** poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas no contrato, ou ainda para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros;

3.2.2. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja pendências de qualquer reclamação a elas relativas;

3.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

3.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante ao fornecimento dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

3.5. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde pública e no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.6. A **CONTRATADA** será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos profissionais envolvidos nos trabalhos, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução da prestação dos serviços, isentando integralmente a **CONTRATANTE**;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.7. Cumprir todas as obrigações de ordem trabalhista, acidentária, previdenciária, referentes ao seu pessoal, bem como as de natureza civil e/ou penal, tais como definidas na legislação brasileira.

3.7.1. A **CONTRATANTE** não assumirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, pelo inadimplemento da **CONTRATADA**, relativo às suas obrigações decorrentes desta cláusula.

3.8. Fazer prova, junto a **CONTRATANTE**, do fiel cumprimento de todas as obrigações mencionadas, nesta cláusula, quando exigidas pela Administração;

3.9. Manter preposto para acompanhar a execução dos serviços;

3.10. Obter consentimento, por escrito, da **CONTRATANTE**, sempre que houver necessidade de modificação do projeto;

3.11. Refazer, as suas expensas, os serviços inadequadamente realizados, sem alteração do cronograma previsto e sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

3.12. Responsabilizar-se por danos diretos ou indiretos, mediatos ou imediatos, lucros cessantes, extravios ou prejuízos, causados por seus prepostos ou empregados, por culpa ou dolo, devidamente comprovado, atestado pela fiscalização dos Órgãos e informado à **CONTRATADA**, assegurada a prévia defesa. A **CONTRATANTE** poderá reter pagamentos visando o ressarcimento dos danos causados;

3.13. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

3.14. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

3.15. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um preposto legal, o qual será responsável pela fiscalização dos serviços, realizados pela **CONTRATADA** em todo o território do Estado de Mato Grosso;

3.16. A **CONTRATADA** ficará obrigada a executar os serviços desta contratação, pretendidos pela **CONTRATANTE**, imediatamente após solicitação formal através de Ordem de Fornecimento/Serviço;

3.17. Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

3.18. A **CONTRATADA** que não tiver sede ou filial em Cuiabá e/ou Várzea Grande, deverá providenciar a instalação de Escritório com representante legal, dentro de no máximo em 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, sob pena de cobrança de multa diária de 2% (dois pontos percentuais), por dia de atraso da instalação do Escritório;

3.19. Os serviços serão realizados em Cuiabá e Várzea Grande;

3.20. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006.

3.21. DOS SERVIÇOS:

3.21.1. O prazo de início dos serviços será de 03 (três) dias corridos a partir da assinatura do contrato e sua publicação no Diário Oficial do Estado;

3.21.2. O prazo para entrega dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação por escrito pela **CONTRATANTE**.

3.21.3. Em havendo atraso na execução dos serviços a **CONTRATANTE**, aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do empenho;

3.21.4. Ocorrendo por duas vezes consecutivas o atraso na execução dos serviços será caracterizada inexecução de fornecimento, portanto, a



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

CONTRATANTE poderá suspender a **CONTRATADA** de participar de licitação na Administração Pública Estadual por um período de até 05 (cinco) anos, e demais sanções prevista na legislação pertinente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. A entrega do objeto ora contratado será acompanhado e fiscalizado por representante da **COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO** da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

4.3. A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

4.4. Comparecer quando convocado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento, sob pena de multa 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor contratado;

4.5. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a **CONTRATADA** deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia contratual, conforme descrito na subcláusula 3.2, para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

CONTRATADA ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões;

5.2. A autorização contida na subcláusula anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal;

5.3. A **CONTRATADA** se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**;

5.4. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.5. A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Aderir ao Registro de Preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real de disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à **CONTRATADA**, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.2. Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto desta contratação;

6.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desta contratação, sob os aspectos gráficos;

6.4. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Edital de **Pregão nº 007/2013/SAD**, na **Ata de Registro de Preços Nº 008/2013/SAD** e neste contrato;

6.5. Rejeitar os serviços entregues em desacordo com o Edital de Pregão nº 007/2013/SAD e com o contrato;

6.6. Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

6.7. Notificar a **CONTRATADA** e a SAD de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços contratados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Efetuar o pagamento em favor da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007 – SAGP/SEFAZ publicada no DOE de 25/05/2007 (pág. 32), após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável/fiscal da **CONTRATANTE**;

7.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

7.3. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

7.4. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a **CONTRATADA** pleitear acréscimos após a prestação dos serviços;

7.5. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento/serviço;

7.6. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring”;

7.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

7.8. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;

7.9. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

b) Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

7.10. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de *MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO*, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO, da CONTRATANTE** para serem devidamente conferidas e atestadas pelo responsável.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Projeto/Atividade: 2005
Natureza de Despesa: 3390 3000
Fonte: 240

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

9.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital de Pregão nº 007/2013/SAD, e do contrato, sujeita a **CONTRATADA**, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93.

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA**, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

11.3. A **CONTRATADA** que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 137 e 138 do Decreto Estadual 7.217/2006;

11.4. O valor da multa será descontado da garantia a ser prestada nos termos Cláusula Quinta deste contrato; caso a **CONTRATADA**, não possua nenhum valor a receber da **CONTRATANTE**, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o **CONTRATANTE** proceder à cobrança judicial;

11.4.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE** reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas neste instrumento contratual;

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

13. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Fica designado, pela **CONTRATANTE**, o servidor **Maurílio Carlos de Sá Costa** para exercer a fiscalização e acompanhar a execução do objeto deste contrato, e na ausência deste, o servidor **Jorge Deloca**, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços prestados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

14.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

14.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

14.3.3. Será permitida a subcontratação parcial do objeto do contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a **CONTRATADA**, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento e conseqüente garantia.

15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 15 de maio de 2013.

José Esteves de Lacerda Filho
Secretário de Estado de Meio Ambiente
SEMA/MT

Julianna de Paola T.da Costa Borges
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

EMANUEL FRANCISCO DE SOUZA
CPF: 784.864.321-20

ANA MARIA DE JESUS NASCIMENTO
CPF: 604.328.371-91